

UMA CARTA PARA MARLI PEREIRA SOARES

A LETTER TO MARLI PEREIRA SOARES

Vera Rodrigues 1

Resumo: Esse artigo parte da inspiração afetiva, teórica e política que emerge da escrita de Conceição Evaristo e bell hooks. Ambas mulheres negras, intelectuais e posicionadas no campo dos diálogos entre raça, gênero, corporalidades e narrativas. A escritora Conceição Evaristo nos diz que escrever e publicar é um ato político para negros(as). Já bell hooks nos lembra o poder que há em erguer a voz, em passar de objeto a sujeito na produção de conhecimento. Sendo assim, essas inspirações encontram abrigo em narrativas de, com e para mulheres negras. Afinal, que narrativa pode ser mais insurgente e potente do que aquela que emerge da “escrevivência” de mulheres negras. Que corporalidades expressam mais a “dor e a delícia de ser o que é” do que corporalidades de mulheres negras? Por isso esse texto emerge de uma mulher negra para outra(s). Emerge de um diálogo imaginado e de uma trajetória vivida por Marli Pereira Soares, a Marli Coragem.

Palavras-chave: Marli Coragem. Narrativas. Mulheres Negras.

Abstract: This article is based on the affective, theoretical and political inspiration that emerges from the writing of Conceição Evaristo and bell hooks. Both black women, intellectuals and positioned in the field of dialogues between race, gender, corporealities and narratives. The writer Conceição Evaristo tells us that writing and publishing is a political act for black folks. On the other hand, bell hooks remind us of the power of raising your voice, of moving from object to subject in the production of knowledge. Thus, these inspirations find shelter in narratives by, with and for black women. After all, what narrative can be more insurgent and powerful than that which emerges from the “escrevivência” of black women. Which bodies express the “pain and delight of being what they are” more than the bodies of black women? That is why this text emerges from one black woman to another(s). It emerges from an imagined dialogue and from a trajectory experienced by Marli Pereira Soares, Marli Coragem.

Keywords: Marli Coragem. Narratives. Black Women.

Introdução

Em tempos em que ninguém, ou quase ninguém, escreve cartas, eu resolvi escrever uma para você, Marli Pereira Soares. Esse é seu nome de registro de nascimento. Não sei se você prefere esse nome ou a alcunha que recebeu por enfrentar as forças legais constituídas entre os anos 1970 e 1980: Marli Coragem. Seja qual for sua preferência, saiba que essa “escrivivência” é por e para você. Nós nunca nos vimos. Nunca nos falamos. Mas, eu me lembro de você. Era o ano de 1979, eu estava com 12 anos e você já era uma jovem mulher negra de 25 anos de idade. Eu assistia à televisão e mesmo sem entender todo o contexto sociopolítico que envolvia o país ou você, eu memorizei aquela cena: em um quartel, no Rio de Janeiro, diante de uma tropa de policiais militares o seu olhar buscava os assassinos do seu irmão Paulo Pereira Soares. Em 2019, já havia se passado cinquenta anos de uma vida de lutas contínuas e perguntas sem respostas.

1969: quem incendiou a Favela Praia do Pinto?

Essa não foi a primeira tragédia a atingir a sua família: dez anos antes, em 1969, você tinha apenas 12 anos e sua casa foi incendiada junto com muitas outras na favela Praia do Pinto, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, mais precisamente no Leblon. Segundo Brum (2012) a favela teria surgido “a partir de pescadores e operários que trabalharam na construção do Jôquei Clube do Brasil e lá se instalaram, ainda na década de 1910”. Em termos territoriais, a favela formou-se da junção de outras favelas menores: Praia do Meio, Praia-Mar e Favela da Lagoa. De acordo com o autor, “esta última acabou se impondo sobre as outras, e por ser na Lagoa Rodrigo de Freitas, dizia-se que era a “praia” onde os pintos tomavam banhos, passando a ser conhecida como Praia dos Pintos até finalmente se tornar a Praia do Pinto.”

Entre os anos 60-70 a política de remoção de favelas era o mote dos governos federal e estadual. Ambos compartilhavam a lógica de que as favelas deveriam dar lugar ao crescente projeto político de urbanização e “limpeza” dos centros urbanos. Uma justificativa dada era de que as favelas seriam sinônimo de criminalidade e risco à saúde pública. Depois da remoção, os terrenos atenderiam aos interesses da especulação imobiliária, especialmente em áreas nobres como a zona sul carioca. No Rio de Janeiro, à época estado da Guanabara, a favela da Praia do Pinto seria a primeira a ser removida. Os seus moradores iriam ocupar os conjuntos habitacionais criados nas zonas leste e oeste da cidade: Cidade de Deus (Bairro de Jacarepaguá), Cidade Alta (Bairro do Cordovil) e Cruzada São Sebastião (Bairro do Leblon). Esse último possuía o diferencial de ser localizado nas proximidades da Favela da Praia do Pinto, favorecendo assim a manutenção dos vínculos de trabalho, amizades e familiares dos moradores removidos, o que já não acontecia nos demais casos devido à distância.

A remoção da favela da Praia do Pinto tornou-se um caso emblemático da política habitacional no Rio de Janeiro e suas consequências para as populações envolvidas, ao que tudo indica majoritariamente negras. O documentário “Remoção da Favela da Praia do Pinto: de lá pra cá” apresentado em 2009, quando o incêndio suspeito que acelerou o processo de remoção completava 40 anos, abre caminhos para que busquemos entender o que se passou desde aquela madrugada de 11 de maio de 1969. Segundo relatos, o fogo começou no centro da favela em moradias que já estavam vazias, pois o processo de remoção estava em andamento.

O fogo se alastrou rápido e no dia seguinte as manchetes de jornais falavam entre cinco mil e nove mil desabrigados. A sua família, Marli Pereira Soares, era uma das que naquela noite viu seus pertences serem engolidos pelas chamas. Sentiu o medo e a insegurança do futuro incerto. Esses sentimentos vinham acompanhados da suspeita de que não havia sido um acidente, fruto do acaso. E como acontece na maioria das tragédias que atingem famílias pobres e negras brasileiras, nada nunca foi provado. E assim, quando nos dias seguintes os caminhões da prefeitura vieram remover os desabrigados, a família de Marli e outras deram adeus à Favela da Praia do Pinto.

No referido documentário, há vários relatos sobre o ocorrido. Um deles vem da ex-governadora do Rio de Janeiro e hoje deputada federal, Benedita da Silva. Ela nos conta que sua mãe, lavadeira e liderança de um terreiro de umbanda, mudou-se de lá com a família

algum tempo antes do fatídico incêndio que apesar de não ter deixado mortos, segundo os dados oficiais, marcou suas vidas. Benedita relata que foi assim que ela e sua família se tornaram moradores do morro do Chapéu Mangueira, pois nem todos migraram para os conjuntos habitacionais do governo. Benedita e outros ex-moradores de favelas próximas, tais como Catacumbas e Ilha das Dragas, ocuparam e/ou criaram outras favelas no Rio de Janeiro, tais como, Vila Kennedy, Babilônia e Morro da Baiana.

Até 1950 a cidade do Rio de Janeiro possuía 224 favelas. Atualmente, segundo os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com base no censo de 2010, a cidade conta com 763 comunidades. Da década de 50 até os dias atuais as favelas têm permeado o olhar de gestores públicos, estudiosos, políticos e escritores. Raramente esse olhar é feminino e negro. Quero aqui compartilhar contigo, Marli, o olhar de mulheres negras como nós e que conhecem essa realidade. Início com a sempre atual escritora Carolina Maria de Jesus. Nos anos 50 ela escreveu “Quarto de despejo”. No diário ela registrava não só o cotidiano da Favela do Canindé onde vivia, mas também analisava o cenário das desigualdades de uma cidade como São Paulo. Na metrópole retratada por ela, o centro era a “sala de visitas” em que tudo era arrumado, limpo e visto como valioso e bonito. Já o “quarto de despejo” eram as favelas onde estava aquilo que ninguém queria ver: os pobres, o feio e as desigualdades.

Na atualidade, o tema das desigualdades e do racismo ganha vez e voz no olhar aguçado da arquiteta e urbanista Joyce Berth (2020). Em uma fala sobre “Cidades e Desigualdades: uma perspectiva de raça e gênero” ela ressalta a “importância de implantar políticas de planejamento urbano também nas periferias:”.

Se você tem uma favela totalmente afastada da sociedade, aquilo é um mundo à parte, então é claro que vai ser um foco de violência, de criminalidade, de fuga. Fazer um tecido urbano mais homogêneo, integrado, que tenha projetos nas bordas das cidades também, ajuda toda a sociedade a se olhar mais nos olhos e ter coisas em comum. Se culpa a periferia como se ela produzisse sozinha a criminalidade¹.

A política urbana da época tinha como planejamento pós-remoção a urbanização do terreno de 97000 km² da Favela da Praia do Pinto. Foi assim, que em junho teve início com o leilão do terreno, o processo que levou à construção do condomínio “Selva de Pedra”, um conjunto de edifícios de classe média no Leblon. O nome do condomínio fez alusão à novela homônima que retratava a vida da classe média da zona sul carioca. Essa construção seguiu uma cronologia interessante para perceber a lógica do processo:

15/03/1969.....	11/05/1969.....	03/06/1969
Início do processo de despejo	Incêndio	Leilão do terreno

Em aproximadamente três meses a vida de centenas de famílias mudou radicalmente. A família Soares, ao que tudo indica, foi removida para Belford Roxo, à época um bairro da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Lá ocorreria outro evento crítico na sua trajetória de vida, Marli.

1979: quem matou Paulo Pereira Soares?

Já se passaram dez anos desde a remoção da Favela da Praia do Pinto. Você e sua família moram agora em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Marli, você é uma empregada

¹ Ver: <https://www.caurs.gov.br/cidade-e-desigualdades-uma-perspectiva-de-raca-e-genero/>

doméstica com salário de Cr\$3.500, 00 cruzeiros, desquitada e mãe de 04 filhos. Imagino que a sua vida não estava nada fácil como a de milhares de outras mulheres negras em condições sociais similares. A precariedade do trabalho doméstico vinda da baixa remuneração e do não reconhecimento de direitos trabalhistas compõe essa realidade. Somente em 2013, o Brasil teria no Projeto de Emenda Constitucional nº 66/2012, conhecido como PEC das Domésticas², uma base legal para tentar coibir abusos e desigualdades. Esse projeto deu origem a emenda constitucional nº 72.

Tudo isso não ocorreu sem resistências de toda ordem na sociedade brasileira e, claro, sua consolidação esbarra num país com uma classe média que usufrui do serviço doméstico e ainda possui uma visão colonial sobre ele. Exemplo disso, vem do estudo da OIT Organização Internacional do Trabalho² - com dados de 2017, que traz o Brasil com o maior número de trabalhadores(as) domésticos do mundo, com cerca de 7 milhões de pessoas, sendo a maioria mulheres negras. E, cabe ainda dizer que, segundo o Ministério Público do Trabalho³, somente em 2019, houve o resgate de 14 empregadas domésticas encontradas em situação análogo à escravidão, maioria negras. Na atualidade da pandemia Covid-19, o primeiro caso letal no Rio de Janeiro, teve como vítima uma empregada doméstica. Também foi no contexto da pandemia que uma mãe negra, empregada doméstica, perdeu a vida do seu único filho para as perversidades do mundo do trabalho regido pelo racismo estrutural.

A dor da perda você conhece bem, infelizmente. E essa dor, que talvez possa ser pensada na perspectiva de Piedade (2017) como uma 'dororidade' que perpassa trajetórias de vida de mulheres negras, é vivida, sentida em fatos como o assassinato de Paulo Pereira Soares. O Brasil de 1979 ansiava pela democracia, por um governo eleito pelo povo e que trouxesse a esse mesmo povo, melhores condições de vida. Era um país governado por militares, em que a Lei da Anistia⁴ parecia sinalizar para dias em que as arbitrariedades de qualquer ordem fossem de forma ampla, geral e irrestrita uma página virada na história do país. Mas, no cotidiano da população negra e pobre, isso estava longe de ser uma realidade. Foi assim que na noite de 17 de outubro de 1979, homens fardados invadem sua casa em Belford Roxo e sequestram seu irmão de 18 anos de idade. Mais tarde, nas proximidades de casa, ele é morto.

Na reportagem jornalística 'Os 40 anos do caso Marli' encontramos nos seus relatos a expressão da dor e da indignação, conforme transcrevo a seguir:

Me lembro como se fosse hoje: ele comprou ½ kg de fígado. Nós jantamos. Ele começou a contar: *mana: hoje, no quartel, eu corri 3000 m, daqui a alguns dias você vai me ver chegar todo pronto. Fardado.* Um sonho que eu... aqueles miseráveis não me deixaram eu ter... a felicidade de ver ele fardado.

Aqui mesmo onde eu tô em pé, eu já encontrei meu irmão já morto. Ele estava de braços com as mãos amarradas, conforme ele saiu de dentro de casa. Ainda abracei... tentei... levantei ele, mas já estava morto... que ele levou 13 tiros.

Nos dias e meses seguintes você percorreu a delegacia de Belford Roxo, o quartel da região em busca da identificação dos autores do assassinato. Entre informações vagas que justificavam a morte dele por envolvimento com ações criminosas e um incêndio de autoria não identificada na casa em que moravam ocorrido em novembro daquele ano, ainda assim você permanecia resoluta no seu ideal por justiça:

Se eu soubesse que meu irmão teria algum envolvimento com marginais eu não estava nessa luta toda. Porque se ele era

2 Ver: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>

3 Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/26/idosa-em-condicao-analoga-a-escravidao-e-resgatada-3-responderao-a-processo.htm>

4 Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>

marginal, embora morreu do jeito que morreu, mas o lugar de bandido é na cadeia. Eu seria a primeira a ajudar a incriminar ele.

Vou até o fim do mundo, mesmo se eu tô sozinha contra o mundo. Eu vou até o papa se for preciso. Eu vou até o fim do mundo! E se isso durar 10, 50 anos, a não ser que eles me matem.

Marli passou meses fazendo o reconhecimento da tropa. Quatro são reconhecidos. Em 1980, Marli teve um filho e passou a se esconder. O marido a deixou, segundo dizem, por medo de ser morto. Já não conseguia trabalho e vivia do apoio financeiro da mãe, do advogado e de movimentos feministas que a elegeram como símbolo da luta da mulher brasileira. Naquele ano, quando perguntada até quando iria se esconder, respondeu: “eu só paro se eu morrer.”

A trajetória de Marli, até aquele momento, rendeu a cobertura da imprensa. Em consulta ao acervo digital do Jornal “O Globo” encontramos as seguintes manchetes:

- Coragem, Mulher: Maioria Falante, ano 2, nº 6, março/abril 1980
- Batalhão tem mais dez dias para mostrar tropa à Marli 12, 04, 1980 Rio, p. 13
- “Caso Marli: pedido promotor para a fase de reconhecimento” 16, 04, 1980 Rio, p. 14
- Caso Marli: tropa falta no último dia do prazo 22, 04, 1980 Rio, 1ª página, p. 1
- Moça também viu sequestro e morte de Paulo: 07 de maio de 1980, Matutina, Rio, página; 10, 05, 1980 Rio, p. 8;
- “Quatro pessoas confessam ter matado Paulo” 10, 05, 1980 Rio, p. 8

Em junho de 1983, após a condenação de parte dos acusados, ela diz, ao ser questionada se estava satisfeita com o resultado do julgamento: “quem me garante que ainda não vão chorar, meu pai, minha mãe e mais sete crianças”.

1993: quem matou Sandro e Luiz Carlos?

Dez anos depois, em 1993, os seus temores se cumpriram: na estrada Arroio da Pavuna, zona oeste do RJ, sábado, 9h da manhã, jaziam três corpos de jovens negros executados a tiros. Um deles era um jovem chamado Sandro, filho de Marli. As suspeitas recaíram sobre policiais militares. Naquele dia, entre lágrimas, suas palavras foram: “eles são pagos pra prender, se tivesse roubando. Não pra matá. Três crianças! Duas de 15 e uma de 17 cheias de tiro na cara! Meu filho, 15 anos... nem almoçou... tadinho”.

Marli reinicia sua luta por justiça: “se eles não me matarem antes, eu vou até o final. Muita covardia. Meu filho estava trabalhando comigo. Estudando. Eles mataram assim como bicho... encheram a cabeça de tiros.” O ciclo de violência ainda deixaria marcas na vida de Marli: três meses depois, um afilhado de Marli, Luiz Carlos, de 18 anos é assassinado.

12/10/1979.....13/01/1993.....03/04/1993

Assassinato do irmão

Assassinato do filho

Assassinato do afilhado

Nessa linha do tempo, Marli desaparece sem deixar rastro. Em 1997, o grupo de rap nacional Racionais MCs lança o álbum “Sobrevivendo no Inferno”⁵ e a letra de uma de suas músicas traduz muito do vivenciado por mulheres negras, moradoras de periferias e mães de filhos negros:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras.

5 Ver: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra68761/sobrevivendo-no-inferno#>:

Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo.

2019: quem é Marli Pereira Soares?

Nos anos noventa você desaparece, Marli. Talvez cansada de não encontrar respostas para a perda das vidas daqueles a quem amava. Talvez, cansada de se expor, chorar e se explicar diante das câmeras de TV, delegacias e tribunais. Talvez, exausta de sentir insegurança e ainda ter que ser o suporte familiar daqueles que restaram. Enfim, os motivos podem ser esses e outros mais. Mas, algo ficou de você que ainda nos provoca admiração, respeito e a sensação de que lhe é devido um amplo reconhecimento somado a momentos de paz depois de tanta luta pelo direito de existir. Direito de existir com uma vida digna. Direito de não ver a vida de tantos jovens interrompida de forma brutal e recorrente.

Em 2019, a sua história completou 50 anos, desde a primeira tragédia: o incêndio na Favela da Praia do Pinto. E desse período foram deixadas marcas da sua vida que procuram defini-la, talvez, para as próximas gerações. Para os compositores Ivan Lins e Vitor Martins seu nome é coragem, traduzida na letra da música (1980) composta em sua homenagem. Nas imagens da matéria jornalística em que você aparece embalando seu filho, enquanto ouve ao vivo a música, seus olhos parecem rememorar o passado e buscar esperança no futuro:

Essa firmeza nos teus gestos delicados. Essa certeza desse olhar lacrimado Haja virtude, haja fé, haja saúde. Pra te manter tão decidida assim Que segurança pra dobrar tanta arrogância Que petulância de ainda crer numa esperança Quem é o guia que ilumina os teus dias? E que te faz tão meiga e forte assim Coragem, coragem, coragem, mulher Coragem, coragem, coragem, mulher Como te atreves a mostrar tanta decência? De onde vem tanta ternura e paciência? Qual teu segredo, teu mistério, teu bruxedo pra te manter em pé até o fim? Coragem, coragem, coragem, mulher Coragem, coragem, coragem, mulher Como te atreves a mostrar tanta decência? De onde vem tanta ternura e paciência?

Para outros, seu nome é sinônimo de justiça. Ou melhor, de luta por justiça. Talvez, essa tenha sido a motivação para a criação em 2015 do NAJUP - Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem⁶ - um projeto de extensão vinculado à UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O NAJUP tem como objetivo geral:

[...] a prestação de assessoria jurídica popular a grupos “ comunidades vulneráveis, movimentos sociais e/ou outros coletivos “ que se encontrem sob ameaça ou efetiva violação de direitos fundamentais, particularmente, em defesa dos direitos à moradia, à cidade e ao meio ambiente na região da Baixada Fluminense.

Não sei se você sabe do NAJUP, mas ter seu nome ligado à busca por direitos é reflexo do quanto ainda precisamos lutar por justiça. Afinal, quando nesse mesmo Rio de Janeiro, que lhe viu crescer, ainda se pergunta: quem matou Marielle? É porque ainda há muito caminho a ser trilhado.

E por falar em caminhos trilhados, encontrei na literatura uma busca por evidenciar os caminhos que você trilhou. Trata-se do livro “Marli Mulher: tenho pavor de barata, de polícia

⁶ Ver: <https://www.facebook.com/groups/1465941963719079/>

não” (1981). As autoras, jornalistas Maria Alice Rocha e Maria Teresa Moraes, trazem no título uma frase sua que parece sintetizar e reforçar a dimensão do seu enfrentamento naqueles anos. Na versão francesa⁷, publicada em 1983 em uma coleção sobre a historicidade das lutas femininas, o livro recebeu o título de “Histoire de Marli: des femmes du Brasil”. O prefácio do livro⁸ traz a seguinte análise:

A história de Marli foi a de muitos outros brasileiros da Baixada Fluminense, um grande subúrbio do Rio onde o samba e a vida o disputavam pela miséria e pelo desemprego... Até 1979, quando, numa noite de outubro, Paulinho, seu irmão, foi sequestrado e assassinado por um esquadrão da morte. São esses grupos de extermínio que o depoimento de Marli, gravado por duas jornalistas do Rio, Maria Teresa Moraes e Maria Alice Rocha, ambas atuantes no movimento das mulheres, denuncia e desmascara.

Marli conta sua luta contra as gangues de policiais que resgatam a população e matam impunemente. Sua firmeza em sua luta levou à prisão de membros do “esquadrão da morte” e encorajou outras mulheres a se defenderem e denunciarem o fascismo tristemente cotidiano que aterroriza os negros e os desempregados da Baixada Fluminense. É toda a vida de Marli que é traçada aqui: uma vida de mulher brasileira de classe trabalhadora, em linguagem oral, rápida e colorida.

Os registros citados da sua trajetória não impediram uma certa invisibilidade de quem foi Marli Pereira Soares. Eu gostaria que a sua biografia fizesse parte, por exemplo, das principais publicações sobre aqueles(as) que lutaram pelos direitos humanos em plena ditadura militar no país. Aliás, é provável que outros negros(as) não sejam reconhecidos como sujeitos protagonistas nesse período histórico. Soube que movimentos feministas a homenagearam como símbolo da luta da mulher brasileira, mas nunca ouvi menção ao seu nome em atos, eventos ou publicações de referência. Sei que não foi a única mulher a buscar justiça pelos seus, mas poucas tiveram seu nome assegurado na memória nacional.

Hoje você deve ter 66 anos de idade. É uma vida exemplar para pensarmos a luta das mulheres negras. Eu gostaria de saber o que você pensa sobre o país; sobre a justiça brasileira. Sobre o genocídio da juventude negra. Digo isso, pois enquanto escrevo esse texto, outras mulheres negras choram as perdas dos seus filhos perdidos para balas de fuzil nos centros urbanos do país; para “acidentes” que culminam em “fatalidade”, enfim para o racismo estrutural.

Espero que essa carta lhe encontre bem, aonde estiver. Quero que saiba que como você, sei que “Vidas Negras Importam”. A remetente desta carta é uma mulher negra, professora e que a tem como exemplo de protagonismo feminino e negro.

Referências

BERTH, Joyce. **Cidades e Desigualdades: uma perspectiva de raça e gênero** (entrevista, abril, 2017). Disponível em: <https://caubr.gov.br/cidade-e-desigualdades-uma-perspectiva-de-raca-e-genero/>. Acesso em 18, junho, 2020.

BRUM, Mario Sérgio. **Memórias da Remoção: o incêndio na favela do Pinto e a “culpa” do governo**. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201_ARQUIVO_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf. Acesso em 18, junho, 2020.

7 Ver: <https://www.desfemmes.fr/essai/histoire-de-marli/>

8 Tradução livre da autora.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. São Paulo. Editora Edibolso S.A., 2ª ed., 1976.

O Globo. **Acervo [páginas digitalizadas]**. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/domestica-botou-tropa-em-revista-para-reconhecer-os-assassinos-do-irmao-10561218#ixzz6QFHq8Zp>>. Acesso em: 17, junho, 2020.

Os 40 anos do Caso Marli (13/10/1979). **Reportagem jornalística/Arquivo N Mães x Impunidade**. [Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão], 2019. 1 vídeo (12 min 10secs.). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=P_FicyqvdHo>. Acesso em: 18, junho, 2020.

PIEADADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: editora Nós, 2017.

Remoção da Favela da Praia do Pinto -De lá pra Cá - **Documentário apresentado por Anselmo Góes**. [Rio de Janeiro, Tv Brasil], 2009. 1 vídeo (33 min 09 secs.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JwWcfPC6isw>>. Acesso em: 18, junho, 2020.

ROCHA, Maria Alice; Moraes, Maria Teresa. **Marli Mulher: tenho pavor de barata, de polícia não**. Rio de Janeiro, Ed. Avenir, Coleção Avenir 1981.

SOARES, Fred. **Os 50 anos do incêndio que dizimou a favela que entrou para a história do Fla**. Disponível em: <<https://medium.com/fredsoares/os-50-anos-do-inc%C3%AAdio-que-dizimou-a-favela-que-entrou-para-a-hist%C3%B3ria-do-fla-2ebba9c1250a>>. Acesso em: 16, junho, 2020.

Recebido em 6 de outubro de 2020.
Aceito em 15 de outubro de 2020.